

Índice Sistemático

Introdução	1
Capítulo I – A Pessoa Jurídica no Direito Brasileiro	5
1.1. Das pessoas	5
1.1.1. Personalidade jurídica	6
1.1.2. Autonomia da vontade	9
1.1.3. Da pessoa natural	11
1.1.4. Da pessoa jurídica	13
1.1.5. Da pessoa jurídica de direito público	15
1.1.6. Da pessoa jurídica de direito privado	17
1.2. Distinção entre sociedade e associação	17
1.3. Distinção entre associação e fundação	18
1.4. Das sociedades	19
1.4.1. Classificação das sociedades	21
1.4.2. Sociedades não personificadas	22
1.4.3. Sociedades personificadas	23
1.4.3.1. Sociedades personificadas simples	24
1.4.3.2. Sociedades personificadas empresárias	26
1.4.3.3. Sociedade em nome coletivo	26
1.4.3.4. Sociedade em comandita simples	27
1.4.3.5. Sociedade limitada	28
1.4.3.6. Sociedade anônima	29
1.4.3.7. Sociedade em comandita por ações	30
1.5. A função social da empresa	31
1.6. Separação patrimonial	33
1.7. Responsabilidade patrimonial	34
1.8. Histórico da desconsideração da personalidade jurídica	36
1.9. Desconsideração da personalidade jurídica	39
1.10. O levantamento da personalidade coletiva em Portugal	42
1.11. O surgimento da desconsideração da pessoa jurídica no Brasil	46
1.11.1. A desconsideração da personalidade jurídica no Código Civil de 1916 ..	50
1.11.2. A desconsideração da personalidade jurídica no Código Comercial ..	51
1.11.3. A desconsideração da personalidade jurídica no Direito do Trabalho ..	53
1.11.4. A desconsideração da personalidade jurídica no Direito Tributário ..	57
1.11.5. A desconsideração da personalidade jurídica no Código do Consumidor	60
1.11.6. A desconsideração da personalidade jurídica na Lei Antitruste	65
1.11.7. A desconsideração da personalidade jurídica na Lei de Proteção ao	
Meio Ambiente	67
1.11.8. A desconsideração da personalidade jurídica no Código Civil de 2002 ..	68

Capítulo II – Fundamento da Desconsideração da Personalidade Jurídica	71
2.1. Pressupostos para a desconsideração	71
2.2. Finalidade da desconsideração	73
2.3. Teoria maior da desconsideração	75
2.4. Teoria menor da desconsideração	76
2.5. Desconsideração inversa	78
2.6. O abuso do direito	80
2.7. O abuso do poder de controle.	83
2.8. A fraude contra credores	84
2.9. Fraude à execução	86
2.10. A simulação.	88
2.11. Interposta pessoa.	90
2.12. Confusão patrimonial.	93
2.13. Desvio de finalidade.	96
2.14. Subcapitalização.	97
Capítulo III – Os Conflitos de Direito de Família e a Incidência da Desconsideração da Personalidade Física e Jurídica.	101
3.1. O paradigma da desconsideração no Direito de Família brasileiro.	101
3.2. O paradigma da desconsideração na jurisprudência portuguesa.	107
3.3. Regime de bens	116
3.3.1. Comunhão parcial	117
3.3.1.1. Bens que ingressam na comunhão parcial.	120
3.3.2. Comunhão universal.	122
3.3.3. Participação final nos aqüestos.	124
3.3.3.1. Regras de liquidação	126
3.3.3.2. Risco de fraude na divisão dos bens conjugais	129
3.3.3.3. Regime de compensações.	130
3.3.4. Separação total de bens	131
3.3.4.1. A separação obrigatória de bens	132
3.3.4.2. A separação convencional de bens.	133
3.4. A modificação do regime de bens.	134
3.5. Sociedade conjugal.	135
3.6. União estável	139
3.7. Cônjuges sócios	141
3.8. A administração dos bens na sociedade afetiva	147
3.9. Fraude entre cônjuges e conviventes	150
3.10. Administração bicéfala e a rendição de contas	154
3.11. A razão de ser da desconsideração da personalidade jurídica	158
3.12. Regime de bens na sociedade conjugal	161
3.13. Regime de bens na união estável	163
3.14. Dissolução afetiva e partilha de bens	167
3.15. O mau uso da pessoa jurídica em fraude à meação	169
3.16. Atos societários supletórios também hábeis à fraude	174
3.17. O tipo social	177
3.17.1. Personalidade jurídica e a sua desestimação	182

3.17.2. As sociedades de família	185
3.17.3. A fraude pela mudança do tipo social	187
3.17.4. O cônjuge ou convivente como subsócio	192
3.17.5. A dissolução parcial.	199
3.17.6. A apuração de haveres na nova codificação	203
3.18. O processo judicial de separação	206
3.18.1. A efetivação da <i>disregard</i> na separação judicial.	213
3.18.2. A efetivação da <i>disregard</i> na dissolução da união estável.	225
3.18.3. A comunhão de resíduo do Direito italiano	231
3.18.4. A <i>disregard</i> e a divisão de quotas sociais	231
3.18.4.1. Direitos meramente patrimoniais	231
3.18.4.2. Direitos sociais e patrimoniais do cônjuge	236
Capítulo IV – A Desconsideração da Personalidade Jurídica no Âmbito dos Alimentos	239
4.1. A desconsideração e os alimentos	239
4.2. Direito à vida	245
4.3. O homem em família	246
4.4. Intervenção do Estado no âmbito do Direito de Família	247
4.5. A intervenção estatal no Direito Empresarial.	248
4.6. O direito alimentar	249
4.7. A articulação processual dos alimentos	250
4.8. Presunção e aparência	252
4.9. O delito de descumprimento do dever familiar de assistência.	253
4.10. A penhora <i>on line</i> e a desconsideração da personalidade jurídica.	255
4.11. Idoneidade do objeto social	259
4.12. Abalo da ordem pública pela fraude ou pelo abuso	260
4.13. A <i>disregard</i> nos alimentos	262
4.14. Sua incidência processual	267
4.15. A desconsideração ativa na seara alimentar	269
4.16. <i>Disregard</i> e perícia contábil.	273
4.17. A desconsideração da personalidade jurídica na execução de alimentos	276
Capítulo V – A Desconsideração da Personalidade Jurídica no Direito das Sucessões	281
5.1. Herdeiros necessários	281
5.2. Proteção da legítima	283
5.3. Colação	284
5.4. Redução da legítima	285
5.5. Abuso do direito, fraude sucessória e ordem pública	286
5.6. A desconsideração da personalidade jurídica na sucessão legítima	289
5.7. Sua manifestação processual.	295
Capítulo VI – A Interposição de Pessoas Físicas e os Aspectos Processuais da Desconsideração da Personalidade.	299
6.1. A interposição fictícia de pessoa natural	299
6.2. A fraude pela pessoa física	299
6.3. A boa-fé.	302

6.4. A prova da fraude e da simulação	306
6.5. Aspectos processuais da desconsideração	312
6.6. A teoria maior da desconsideração no plano processual	314
6.7. A teoria menor da desconsideração no plano processual	317
6.8. A vulnerabilidade da pessoa prejudicada	319
6.9. A <i>disregard</i> no processo cautelar	325
6.10. A cumulação do pedido satisfativo com a providência cautelar.	331
6.11. Competência	332
6.12. Intervenção de terceiro	334
6.13. Litisconsórcio	335
6.13.1. Litisconsórcio necessário	337
6.13.2. Litisconsórcio facultativo	339
6.14. Embargos de terceiro	340
6.15. Outras defesas do terceiro	346
6.15.1. O mandado de segurança	347
6.15.2. A exceção de pré-executividade	348
6.15.2.1. O conteúdo da exceção de pré-executividade.	350
6.15.2.2. Momento de apresentação da objeção	352
Considerações Finais	355
Bibliografia	357